

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CLP

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Das Sras. Deputadas Talíria Petrone e Luiza Erundina e Deputado Glauber Braga)

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a crise hídrica em agravo no país e a tramitação da MP 1.055/2021 no Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para realização de Audiência Pública no dia 15 de setembro de 2021 **para debater a crise hídrica em agravo no país e a tramitação da MP 1.055/2021 no Congresso Nacional.**

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

Representante do Observatório de Governança da Água – OGA;
Presidente do Sindasp, Vice-Presidente da Fenavega. **Luizio Rizzo Rocha**

Professor de recursos hídricos da COPPE-UFRJ; foi presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH); engenheiro civil pela EE/UFRJ; mestre em hidráulica pela COPPE/UFRJ; Doutor em Hidrologia e Recursos Hídricos pela Colorado State University. **Jerson Kelman.**

Membro titular do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Doutora em



Hidrologia pela University of Newcastle Upon Tyne - UK (1994); Mestre em Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo; Coordenadora do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - Polo UFBA. Coordenadora do Curso de Especialização em Segurança de Barragem, **Yvonilde Medeiros**.

Consultor do Instituto Clima e Sociedade (ICS), engenheiro eletricitista, diretor geral do Operador do Sistema Nacional (ONS) de 2016 a 2020, secretário executivo no Ministério de Minas e Energia entre 2015 e 2016, **Luiz Barata**.

Representante da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas. **Flávia Simões**

JUSTIFICATIVA

Segundo o projeto MapBiomass, que reúne universidades, organizações ambientais e empresas de tecnologia, nos últimos 35 anos o País perdeu 16% da superfície de água e as queimadas atingiram 20% do território nacional. Dois terços do fogo ocorreram em áreas de vegetação nativa. Cerrado e Amazônia concentram 85% da área queimada ao menos uma vez. O Brasil está secando.

Em 2021, dezenas de notícias publicadas em veículos da mídia brasileira e internacional, divulgaram fatos e informações sobre tragédias ambientais, eventos climáticos extremos e a grave crise hídrica em estados brasileiros do Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Nessas áreas há relevante atividade agropecuária, bem como territórios indígenas, presença de outras comunidades tradicionais e vulneráveis, bem como de importantes unidades de conservação e ecossistemas que precisam de maior efetividade na sua proteção, a exemplo do Pantanal.

Relacionada à temática, em 28 de junho de 2021, o Governo Federal editou a MP 1055, nomeada “MP da Crise Hídrica”. Entretanto, a proposta concentra o poder decisório sobre o uso dos recursos hidroenergéticos do País nas mãos do poder público federal não levando em consideração a competência da Agência Nacional de Águas (ANA), de definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios. Trata-se de uma proposta que é apresentada como solução para crise, porém exclui todos os demais usuários da água do processo de discussão relacionado às medidas necessárias para o enfrentamento de crises hídricas. Ainda, concentra o poder decisório sobre os usos dos recursos hídricos nas bacias que têm algum tipo de geração hidroenergética nas mãos do setor elétrico, que de regulado passa a ser regulador.

Observando o cenário de crise e a proposta legislativa em questão, a audiência



pública objetiva oportunizar o debate sobre o esgotamento hídrico no Brasil, sua dimensão socioambiental, iniciativas para o enfrentamento, causas e consequências, bem como discutir a MP e suas contradições quanto à garantia dos usos múltiplos da água, instabilidade econômica e prejuízos à população. Propõe-se debater a tramitação da proposta e os possíveis retrocessos que representa na trajetória do setor elétrico brasileiro em direção a uma economia de baixas emissões de gases de efeito estufa, na contramão dos compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Acordo de Paris a poucos meses da realização da COP-25.

Diante do exposto, conto com os nobres pares para aprovar o requerimento de Audiência Pública no dia 15 de setembro com finalidade de debater a Crise Hídrica e a MP 1055.

Salas das Comissões, 31 de setembro de 2021.

Talíria Petrone
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Glauber Braga
PSOL/RJ



Liderança CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Talíria Petrone e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218112816600>





Requerimento **(Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a crise hídrica em agravo no país e a tramitação da MP 1.055/2021 no Congresso Nacional.

Assinaram eletronicamente o documento CD218112816600, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) *-(P_6337)
- 2 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 3 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

